

A Lei de fim do tráfico negreiro de
1831 e os registros de batismos de es-
cravizados em Cachoeiras de
Macacu, 1820-1840

*The Law to end the slave trade of 1831
and the records of slave
baptisms in Cachoeiras de Macacu, 1820-
1840*

<https://doi.org/10.26512/rhh.v11i21.49286>

Márcia Amantino

Universidade Salgado de Oliveira/UERJ
<https://orcid.org/0000-0003-3229-9142>
marciaamantino@gmail.com

Vinicius Maia Cardoso

Universidade Salgado de Oliveira
<https://orcid.org/0000-0001-7175-4449>
maia-vinicius@hotmail.com

Resumo

Pretende-se, neste texto, identificar de que maneira a lei de 7 de novembro de 1831, que visava acabar com o tráfico negreiro, impactou a entrada de africanos na região de Cachoeiras de Macacu e como essa determinação foi recebida por diferentes categorias sociais no que diz respeito à manutenção de sua mão de obra cativa. Para tanto, foram utilizados registros de batismos da freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Ana de Macacu, entre os anos de 1820 e 1840.

Palavras-chave

Escravidão; batismos; africanos; Lei Feijó-Barbacena

Abstract

The aim of this text is to identify how the law of November 7, 1831, which aimed to end the slave trade, impacted the entry of Africans into the region of *Cachoeiras de Macacu* and how this determination was received by different social categories in the regarding the maintenance of its captive workforce. For this purpose, records of baptisms in the parish of *Santíssima Trindade de Sant'Ana de Macacu*, between the years 1820 and 1840, were used.

Keywords

Slavery; baptisms; africans; Feijo-Barbacena Law

A região da vila de Santo Antônio de Sá, desde sua fundação no final do século XVII, manteve ligações comerciais com a cidade do Rio de Janeiro. Em função disso, recebeu significativo contingente de africanos escravizados que foram desembarcados no porto do Rio de Janeiro e levados para o vale do rio Macacu, no interior da capitania. Esse tráfico negreiro complementava as escravarias já existentes nas propriedades rurais espalhadas pela região, propiciando não apenas o aumento da mão de obra, mas também o incremento da produção e variados processos de hierarquizações sociais entre os proprietários rurais.

A historiografia que aborda a região de Cachoeiras de Macacu, no que tange a escravidão, apresenta alguns trabalhos recentes.¹ A proposta deste artigo é contribuir com esta discussão e identificar, utilizando os registros de batismos da freguesia da Santíssima Trindade, entre os anos 1820 e 1840, qual foi o impacto da lei de fim do tráfico negreiro de 1831 na conformação da escravaria na região do vale do rio Macacu.

A localidade conhecida hoje como Cachoeiras de Macacu, tem como marco de origem a fundação da vila de Santo Antônio de Sá, em 1697, pelo então governador, Artur de Sá e Menezes. Essa vila, situada nos fundos da baía da Guanabara, na capitania do Rio de Janeiro, era constituída pelas freguesias de Santo Antônio de Sá (sede), Santíssima Trindade, Nossa Senhora da Ajuda de Guapimirim, Nossa Senhora do Desterro de Itambi, Nossa Senhora da Conceição do Rio Bonito e São João de Itaborahy. Após vários desmembramentos e alterações em suas nomenclaturas ao longo dos séculos XVII e XVIII, a vila de Santo Antônio de Sá, no início do oitocentos, ficou com seu

1 CARDOSO, Vinicius Maia. Às margens dos sertões: a economia de abastecimento e pequeno escravista do Vale do Macacu – séc. XVIII. *Caminhos da História*, v. 24, n.2, p.22-42, 2020; COSTA, Gilciano Menezes. A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do rio Macacú (1833-1875). 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013; CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. A elite imperial entre mulas, buacas, caixas e faluas: Porto das Caixas (1831-1874). 2017. 183 f. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2017; FREITAS, Dermeval Marins de. Famílias escravas na freguesia de Santo Antônio de Sá (1756-1809). 2018. 189 f. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018; MARRETTO, Rodrigo. Tráfico de escravos e escravidão na trajetória do Barão de Nova Friburgo – século XIX. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 272-306, set.-dez. 2020; MARRETTO, Rodrigo Marins. Utilizando as lentes do batismo e da alforria: a escravidão como elemento estruturante na formação da vila de São João Batista de Nova Friburgo, RJ, 1820-1850. *Revista Ars Historica*, nº15, Jul/Dez 2017, p. 294-314; SCHETTINI, Vitória; CARDOSO, Vinicius Maia. Tropas e tropeiros no Sertão do Macacu na segunda metade do século XVIII: mercadorias, rotas e caminhos. In: AMANTINO, Marcia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela; SCHETTINI, Vitória (Orgs). Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo, séculos XVIII e XIX. São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

território composto apenas pelas freguesias de Santo Antônio de Sá, da Santíssima Trindade e de São José da Boa Morte.²

São poucos os registros acerca da população que vivia nesta região. José Matoso Maia Forte, apresentou dados para o século XVIII, demonstrando que apenas a vila possuía 17.329 habitantes, sendo 8.371 livres (48,3%) e 8.958 cativos (51,6%).³ Da mesma forma que para o século XVIII, não existem muitas fontes disponíveis que permitam consolidar dados a respeito da população de Santo Antônio de Sá para a primeira metade do século XIX. As informações que existem são esparsas, mas ainda assim, permitem um breve panorama acerca da população residente. Com dados fornecidos pelo “Mapa da população da Corte e Província do Rio de Janeiro em 1821,”⁴ foi possível elaborar o quadro 1.

2 Sobre a discussão acerca das mudanças, anexações e desmembramentos de territórios que faziam parte da vila de Santo Antônio de Sá, ver CARDOSO, Vinícius Maia. Cachoeiras de Macacu: não criado, desmembrado ou emancipado. A atípica constituição de um município fluminense. Revista Pesquisa & Educação a Distância, Niterói, n. 3, p. 1-20, jan-jun. 2014.

3 FORTE, José Matoso Maia. Vilas Fluminenses Desaparecidas - Santo Antônio de Sá. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984.

4 A fonte foi elaborada em 1821 visando levantar o número de habitantes presentes nos distritos milicianos existentes na província do Rio de Janeiro, com o objetivo de se saber o número de eleitores aptos nas comarcas. Neste sentido, na busca de constituir um quadro demográfico de Santo Antônio de Sá, foi necessário inserir no Quadro 1, as freguesias de Itaboraí, integrantes do Distrito de Tapacurá. Já as freguesias de Santo Antônio de Sá, Santíssima Trindade, N. Sr^a da Conceição do Rio Bonito e N. Sr^a do Desterro de Itambi pertenciam ao Distrito de Macacu. Outras freguesias não pertencentes a Santo Antônio de Sá e integrantes deste Distrito foram desconsideradas, bem como a freguesia de N. Sr^a da Ajuda de Guapimirim, que não entrou no cômputo pelo fato de que já se encontrava desanexada do município de Santo Antônio de Sá desde o século XVIII. (Cf. “Mapa da população da Corte e Província do Rio de Janeiro em 1821” Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo XXXIII, Parte 1, p. 135-142, 1870.)

Quadro 1 - Mapa dos fogos, pessoas livres e escravizadas compreendidas nas freguesias da cidade e província do Rio de Janeiro - 1821

FREGUESIA	LIVRES	ESCRAVIZADOS	TOTAIS	FOGOS
Santo Antônio de Sá	3.918	3.826	7744	893
Santíssima Trindade	2.846	2.381	5227	646
São João Batista de Itaboraí	4.517	6.564	11.081	1.250
N. S. da Conceição do Rio Bonito	198	280	478	51
N. S. do Desterro de Itambi	956	1.210	2166	221
TOTAIS	12.435	14.261	26.696	3.061

Fonte: Mapa da população da Corte e Província do Rio de Janeiro em 1821” Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo XXXIII, Parte 1, p. 135-142, 1870.

Com base nesses dados, identifica-se uma população de 26.696 habitantes, sendo 12.435 livres (46,58%) e 14.261 escravizados (53,41%), demonstrando a importância do trabalho compulsório para a região. Já para o ano de 1840, cuja população aparece no quadro 2, foram utilizadas informações retiradas do “Quadro Estatístico da População da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840”, existente no Relatório da Província do Rio de Janeiro de 1840. Curiosamente, por motivo não comentado na fonte, não aparece nenhum dado para a freguesia da Santíssima Trindade. Entretanto, há informações sobre a freguesia de São José da Boa Morte, criada em 1834, com a maior parte do território da anterior freguesia de Santo Antônio de Sá.⁵

5 O Quadro Estatístico, na sua formatação original, apresenta dados específicos para os Livres, com as categorias “Branços”, “Indígenas”, “Pardos” e “Pretos”, as quais não foram discriminadas no Quadro 2.

Quadro 2 - Quadro Estatístico da População da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840⁶

FREGUESIAS	LIVRES	CATIVOS	TOTAIS
Santo Antônio de Sá	1.105	1.417	2.522
Santíssima Trindade	-	-	-
São José da Boa Morte	2.904	3.105	6.009
TOTAL	4.009	4,522	8,531

Fonte: Quadro Estatístico da População da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840.” Relatório da Província do Rio de Janeiro - 1840.

Para 1840, das três freguesias apresentadas, duas demarcaram uma população de 8.531 pessoas. Destas, 4.009 livres e 4.522 escravizadas. De acordo com percentuais entre a população livre e cativa para os três recortes temporais analisados, conforme o quadro 3, percebe-se uma notável similaridade entre os dados anteriormente apresentados para o século XVIII e os anos de 1821 e 1840. Embora, em alguns casos não apareçam dados populacionais para a freguesia da Santíssima Trindade, percebe-se um equilíbrio entre a presença de livres e escravizados. Independentemente do tamanho da população apresentada nos dados, os escravizados nunca configuram menos de 50% da população.

6 No ano de 1840, o município de Santo Antônio de Sá estava constituído pelas freguesias apontadas.

Quadro 3 - Percentuais comparativos entre população livre e cativa em Santo Antônio de Sá, século XVIII, 1821 e 1840.

Período	Livres	Escravizados	População	Observações
Século XVIII	48,3%	51,6%	17.329	Somente a freguesia de S. Antônio de Sá
1821	46,5%	53,4%	26.696	
1840	46,9%	53,0%	8.531	Freguesias de S. Antônio de Sá e São José da Boa Morte

Fontes: FORTE, José Matoso Maia. Vilas Fluminenses Desaparecidas - Santo Antônio de Sá. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984./ Mapa da população da Corte e Província do Rio de Janeiro em 1821” Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo XXXIII, Parte 1, p. 135-142, 1870./ Quadro Estatístico da População da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840.” Relatório da Província do Rio de Janeiro - 1840.

Uma economia de abastecimento interno

No processo de conquista e ocupação do recôncavo da Guanabara entre os séculos XVI e XVIII, a penetração através dos rios Macacu e Guapiaçu, atravessando o vale do Macacu em direção aos sertões, serviu como solução de continuidade na ocupação da região fluminense e garantiu a retaguarda da conquista portuguesa na baía da Guanabara. Nas conjunturas dessa ocupação, fez-se necessário abastecer a região com alimentos, e a farinha de mandioca, milho, arroz e feijão constituíram-se como gêneros agrícolas principais, disponibilizados por uma miríade de grandes, pequenos e médios produtores escravistas. Com a consolidação desta produção e o crescimento da cidade do Rio de Janeiro por causa da descoberta de ouro em Minas Gerais, a partir do final do século XVII, a urbe fluminense e seu entorno tornaram-se grandes mercados consumidores desses gêneros.⁷

As terras da região, embora sendo férteis, apresentavam uma grande parte ocupada por brejos e pântanos, numa geografia que mesclava áreas potencialmente agrícolas, com uma gradação no que tange à capacidade produtiva

⁷ CARDOSO, Vinicius Maia. “Pouco conhecido, montuoso e emboscado”: poder e economia no Sertão do Macacu 1786 a 1790. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ, 2022.

da terra, e outras muito alagadas, imprestáveis para a agricultura. Talvez essa geografia possa ter contribuído para a forma de uso e ocupação da terra e uma não primordial presença de latifúndios açucareiros.⁸ Desta maneira, no final do século XVIII, a região apresentava um quadro produtivo baseado na existência de 914 pessoas ligadas à agricultura. Destes, apenas 27 proprietários foram apontados como “senhores de engenho” (2,9 %), mas nem todos possuíam terras extensas ou eram detentores de grandes escravarias, devendo recorrer ao mercado de alimentos para atendimento de suas demandas de gêneros agrícolas de abastecimento. Um outro grupo de 238 senhores (26 %) foi identificado como possuindo “fábricas de farinha” e 649 indivíduos foram indicados apenas como “lavradores” (71 %), produzindo, principalmente, farinha de mandioca, arroz, milho e feijão. Por mais que houvesse essa distinção, a farinha de mandioca era produzida por integrantes dessas três categorias e lavradores chegaram também a produzir algum açúcar. Estes mesmos lavradores moíam alguma cana ou produziam sua farinha nos engenhos locais ou nas fábricas de farinha da região mediante aluguel. Alguns eram agregados, convivendo com o grupo familiar de pequenos proprietários, ou habitando em terras cedidas por donos de áreas maiores.⁹ Esse panorama demonstra que a região de Macacu era voltada para uma produção agrária destinada ao mercado interno de abastecimento local e regional.

Juntos, os 914 produtores que integravam as três categorias produziram em 1797, um total de 23.097 arrobas de açúcar. Desta produção, 81,6 % (18.869 arrobas) foi realizada pelos engenhos de açúcar existentes, que concentravam, num universo de 6.412 escravizados, a posse de 1.499 cativos (23,3%), numa média de 55 cativos por unidade. Os 27 senhores de engenho são, em volume de produção, os menores produtores de gêneros alimentícios. Dos 67.852 alqueires de farinha produzidos, eles foram responsáveis por apenas 3.671 alqueires (5,41%), o mesmo se dando para o feijão (12,6%), arroz (1,1%) e o milho (9,7%). Esses engenhos também produziram, em conjunto, um total de 582 pipas de aguardente e apenas 01 alqueire de goma (polvilho). Os dados sugerem que os engenhos de açúcar não produziram gêneros alimentícios a ponto de garantir seu próprio abastecimento.

Já as 238 fábricas de farinha, por sua vez, constituíam o carro-chefe da atividade farinheira, o que ratifica o caráter especializado de Macacu na produção

8 Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

9 Discrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

desse gênero. Muito provavelmente essas propriedades eram detentoras, em sua maioria, dos equipamentos básicos: roda, tacho de cobre e forno. Equipamentos estes que nem sempre deviam ser disponíveis a todos. Produziram 56,93% de toda a farinha (38.628 alqueires) fabricada na região e foram responsáveis pela produção, em conjunto, de goma, com 92 alqueires, utilizando para esse serviço, 452 escravizados.

Sobre os lavradores, infere-se que produziam com base em uma reduzida escravaria que variava de um a cinco escravizados e muitos, inclusive, trabalhavam apenas com a mão de obra familiar. Parcela destes não possuía terras próprias, devendo arrendá-las ou efetuar suas plantações no interior das propriedades dos produtores mais abastados.

Para a primeira metade do século XIX não foi possível encontrar fontes que apoiem a construção de um quadro amplo da economia da vila de Santo Antônio de Sá. Contudo, é possível estabelecer a hipótese de que a estrutura econômica dessa região perdurou, na longa duração, com sua orientação para uma produção de alimentos destinados ao mercado interno e regional e para o abastecimento do Rio de Janeiro. A partir de dados relacionados a gêneros de abastecimento exportados pelas estações ferroviárias de Cachoeiras e Sant'Ana, disponíveis nos relatórios da Província do Rio de Janeiro entre os anos de 1869 a 1873 é possível entender essa lógica.¹⁰

Na região do vale do Macacu, em particular cortando toda a extensão da freguesia da Santíssima Trindade, no ano 1860 se inaugurou o ramal ferroviário Porto das Caixas (em Itaboraí) a Cachoeiras, pertencente a Estrada de Ferro de Cantagalo, construída pelo barão de Nova Friburgo, Antônio Clemente Pinto, com o objetivo de transportar seu café para o porto de mar em Niterói.¹¹

Com a presença da ferrovia, duas de suas estações, a de Cachoeiras (localizada ao pé da serra dos Órgãos) e de Sant'Ana (de Macacu) se tornaram importantes entrepostos comerciais, não apenas para o transbordo do café descido da serra, mas também dos produtos agrícolas produzidos na região do vale do Macacu, além de outros gêneros e tráfego de passageiros. Em 1873, foi

¹⁰Relatórios da Estrada de Ferro de Cantagalo, em várias edições dos Relatórios da Província do Rio de Janeiro para os anos de 1869 a 1872. Disponível em

<http://www.crl.edu/content/brazil/jain.htm> Acesso em 28 jan. 2009. O período de referência para os relatórios da Estrada de Ferro iam de julho do ano anterior a junho do ano correspondente a cada relatório.

¹¹Para maiores detalhes sobre a Estrada de Ferro de Cantagalo, ver em MELNIXENCO, Vanessa Cristina. A Estrada de Ferro de Cantagalo (1857 – 1873). Anais Eletrônicos do 14º Seminário Nacional de História da Ciência e da Tecnologia – 14º SNHCT. Belo Horizonte, Campus Pampulha da Universidade Federal de Minas Gerais – UFMG - 08 a 11 de outubro de 2014. Disponível em https://www.14snhct.sbhct.org.br/arquivo/download?ID_ARQUIVO=1903 Acesso em 15 jun 2023.

inaugurado o ramal ferroviário entre Cachoeiras e Nova Friburgo, concluindo-se assim a ligação que possibilitou um trânsito de gêneros e pessoas mais eficiente, sepultando o até então predominante transporte fluvial e o realizado por tropas de muares nas travessias da serra.

O café, transacionado nas duas estações, oriundo das fazendas localizadas na região serrana, representou, de 1869 a 1873, um volume de 2.762.686 arrobas¹², a farinha de mandioca alcançou 240.079 arrobas, seguida do milho, com 232.783, o feijão com 3.676, o arroz com apenas 33 e o açúcar, com 8.254 arrobas.

A farinha de mandioca e o milho predominaram na estação de Sant'Anna (localizada na vila homônima, sede então da freguesia da Santíssima Trindade), para onde afluía a produção das localidades limítrofes a essa estação. O açúcar, teoricamente uma produção em latifúndio, apresentou um pequeno volume como produto regional exportado (8.254 arrobas) e, ainda assim, apenas pela estação de Sant'Anna, indicando que sua produção possivelmente concentrava-se, ainda, nas regiões do baixo Macacu, mais planas.

É evidente que esses dados, extraídos dos relatórios da ferrovia, devem ser relativizados. Talvez nem todos os lavradores produzissem suficiente volume de gêneros para exportar e é igualmente possível que muitos pequenos produtores não tivessem recursos para pagar fretes cobrados pela Estrada de Ferro de Cantagalo. De qualquer forma, os dados servem para indiciar a presença de uma conjuntura de produção agrícola voltada para mercado interno no período apresentado e resultante da orientação da região nesse particular aspecto econômico, na longa duração, ao menos desde o século XVIII.

Membros da sociedade desta região, ligados à produção de café e de açúcar e à produção de alimentos e ao abastecimento da cidade do Rio de Janeiro e bastante dependentes da mão de obra escrava, vivenciaram, de maneiras diferentes, as discussões a respeito da possibilidade do fim do tráfico negreiro durante as conversações para o reconhecimento da independência brasileira e também nos anos posteriores. Pelo que se discutia e se publicava nos jornais, a situação mudaria muito para os que dependiam do fornecimento de africanos para suas plantações. O impacto, para esse segmento agrário, seria

¹²A arroba, tanto em Portugal como no Brasil, é padronizada. Equivale a 14,688 quilogramas, mas, para fins práticos, se arredonda para quinze. Portanto, o peso de uma arroba no Brasil é 15 quilos. Agro 2.0, Disponível em Arroba é uma unidade de peso que corresponde a quase 15kg Acesso em 15 jun 2023.

maior, pois eram as regiões produtoras de alimentos que absorviam a maior parte dos escravizados no início do século XIX.¹³

A Lei de 1831: a lei que não era para inglês ver

A promulgação em 1831, da lei Feijó-Barbacena, elaborada pelo parlamento brasileiro está ligada diretamente aos movimentos diplomáticos realizados logo após a independência do Brasil em 1822. As conversas e negociações entre a Inglaterra e Portugal e, depois Brasil, já ocorriam há anos, mas em 1825, foi assinado um tratado em que a Inglaterra reconhecia a existência da nova nação, mas desde que ela se comprometesse a decretar o fim do tráfico negreiro. No ano seguinte, em 23 de novembro de 1826, foi assinado um outro tratado em que o governo brasileiro se responsabilizava em terminar o tráfico Atlântico após três anos da ratificação do documento, ocorrida em 1827 e novamente em 1828. A assinatura deste acordo trouxe revolta aos parlamentares que não viam o imperador com poderes para tal. Pela constituição outorgada em 1824 - pelo próprio príncipe, deveria ser a câmara dos deputados a negociar acordos com qualquer país estrangeiro. Além disso, D. Pedro foi acusado de colocar a economia em risco deixando-a sem condições de repor a mão de obra escrava. Por outro lado, vozes se levantavam também contra o fato do imperador, ao assinar o tratado de acordo com a vontade inglesa, ter desrespeitado a soberania brasileira se rebaixando ao poderoso império britânico.

Durante algum tempo, a historiografia brasileira acreditou nos discursos proferidos pelos ingleses que acompanhavam de perto as discussões a respeito do Brasil, recém independente, terminar com o tráfico negreiro. De acordo com os contemporâneos britânicos, esse movimento não seria feito pelas autoridades brasileiras devido ao seu alto comprometimento com as necessidades do mundo agrário, tanto o voltado para a produção exportadora quanto a de gêneros alimentícios.¹⁴ Quando o acordo e, posteriormente, a lei foram assinados, acreditaram que as autoridades brasileiras não efetivariam sua execução e que o tráfico negreiro continuaria sem controle. Parte

¹³ MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). O Brasil Imperial, volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009, p. 211..

¹⁴ RODRIGUES, Jaime. O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850). Campinas: Unicamp/CECULT, 2000.

da historiografia brasileira pautou suas análises a respeito da Lei Feijó-Barbacena, de 1831, baseando-se nesta lógica inglesa.¹⁵ Todavia, as pesquisas mais recentes têm demonstrado que, na realidade, a lei produziu impactos na sociedade brasileira uma vez que conseguiu, por um certo tempo, diminuir drasticamente a entrada de novos escravizados oriundos da África.¹⁶

Alain El Youssef, ao analisar como a imprensa no Rio de Janeiro nos primeiros anos após a independência se posicionou a respeito da escravidão e do fim do tráfico negreiro, demonstrou que desde 1825 várias notícias começaram a apresentar ao público detalhes das discussões que estavam sendo tratadas a esse respeito. Assim, editoriais, notícias publicadas com pseudônimos, informes do governo com o fim claro de divulgar seus projetos e de convencer a população foram constantes nos periódicos que circularam na cidade e nas regiões limítrofes. Os opositores ao imperador e a sua forma de lidar com o problema o acusavam de não ter sido forte nas negociações com a Inglaterra e de ter associado o reconhecimento da independência ao fim do tráfico negreiro. Segundo este grupo, ele não teria se preocupado com a população e teria traído seus apoiadores, principalmente, os agricultores. Por outro lado, havia os que apoiavam a ideia de que o tráfico tinha que terminar, mas mesmo entre esse grupo, havia também divergências no entendimento de como isso deveria acontecer e cobravam ao imperador uma solução para os problemas que a cessação do tráfico acarretaria à sociedade.¹⁷

Por esses e outros motivos, a situação de D. Pedro à frente do governo ficou insustentável e, no dia sete de abril de 1831, abdicou do trono em favor de seu filho. Logo após esse fato, o parlamento brasileiro aprovou uma lei nacional, substituindo o tratado com a Inglaterra, acabando com o tráfico negreiro e ao mesmo tempo, reafirmando sua soberania política.¹⁸

¹⁵ PRADO JÚNIOR, Caio. História econômica do Brasil. São Paulo: Brasiliense, 1949, p. 157; COSTA, Emília Viotti da. Da monarquia à república: momentos decisivos. São Paulo: Unesp, 1999, p. 282; CARVALHO, José Murilo de. A construção da ordem: Teatro de sombras. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 294.

¹⁶ GRINBERG, Keila. Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994; PARRON, Tâmis. A política da escravidão no Império do Brasil. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011, p. 89-90.

¹⁷ EL YOUSSEFF, A. Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1822-1850. Dissertação USP, 2010.

¹⁸ Sobre a questão da soberania na assinatura da lei, ver BETHELL, Leslie. A abolição do comércio brasileiro de escravos: a Grã-Bretanha, o Brasil e a questão do comércio de escravos, 1807-1869. Brasília: Senado Federal, 2002, p. 21-112; MAMIGONIAN. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão, op.cit., p. 220.

Os termos da lei aprovada em 7 de novembro de 1831 foram muito mais severos do que o texto assinado anteriormente.¹⁹ Em seus artigos estabelecia-se que os escravizados entrados a partir da promulgação da lei seriam considerados livres; todos os envolvidos no processo de escravidão, transporte, venda, compra e exploração do trabalho de africanos seriam condenados e a embarcação aprisionada. Os que denunciassem desembarques clandestinos receberiam 30 mil réis de recompensa.²⁰

As pesquisas históricas sobre o tráfico Atlântico dedicadas aos anos iniciais do século XIX, têm demonstrado numericamente o quanto a promulgação desta lei impactou na entrada de novos cativos no Brasil. Enquanto as discussões sobre o fim do tráfico e sua data definitiva avançavam, os consumidores que tinham condições financeiras buscavam se resguardar comprando mais escravizados. Por outro lado, nos anos imediatamente seguintes à Lei, o número de africanos entrados no país caiu drasticamente. Segundo os dados, entre 1820 e 1840, chegaram ao Brasil 906.140 africanos escravizados, dentre os quais se apresentou de forma incontestante a predominância do fluxo do tráfico negreiro para a Região Sudeste, sendo a maior recebedora de africanos no recorte temporal analisado, com 625.114 cativos (68,98%), seguido da Bahia, com 141.159 (15,62%); Pernambuco, 114.413 (12,62%) e a Amazônia com 16.139 africanos (1,78%). Em regiões brasileiras não especificadas, chegaram 8.915 escravizados, num percentual de 0,98% do volume total desse tráfico. A larga vantagem da região Sudeste na recepção desse tráfico negreiro pré e pós promulgação da legislação de fim do tráfico de 1831, indicia que, se o porto do Rio de Janeiro, a partir do século XVIII, passou a ser o mais importante no que se refere à dinâmica da economia colonial, é possível inferir que a maioria absoluta desses 68,98% de africanos desembarcados no Sudeste para ele tivessem tido destino.²¹

O gráfico 1 apresenta os desembarques de africanos no Brasil para cada um dos anos entre 1820 e 1840. Em praticamente todos, nenhuma das regiões se aproximou do Sudeste como destino para os traficados. A única exceção foi

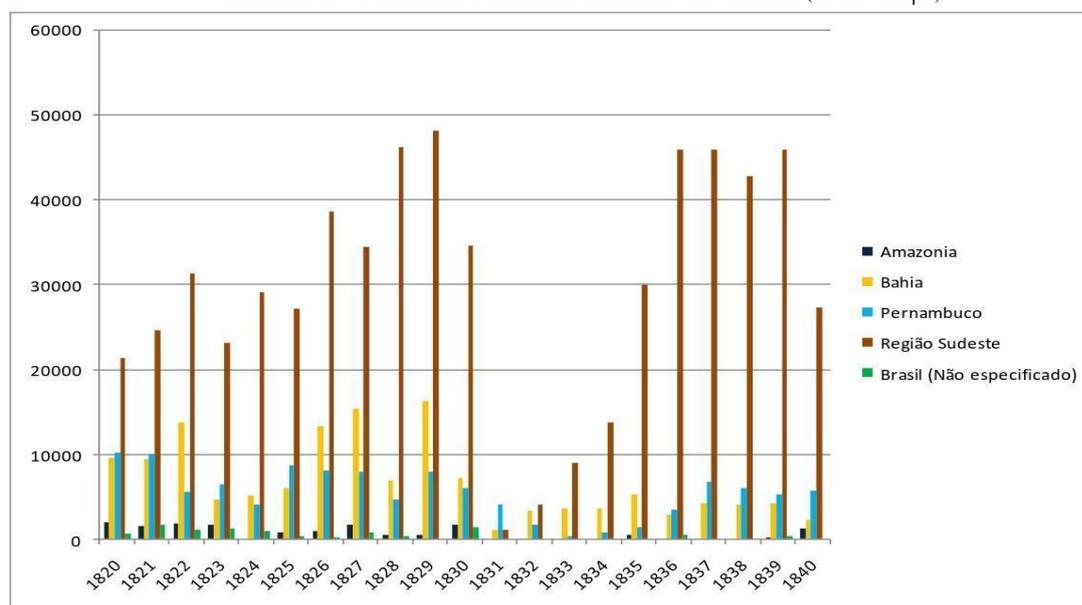
¹⁹ Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 182 Vol. 1 pt I . 1831-1840 — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br). Acessado em 11 de maio de 2023.

²⁰ EL YOUSEFF, A. Imprensa e escravidão, op.cit., p. 100 e ss.

²¹ ELTIS, David. Comércio transatlântico de escravos. Escravos desembarcados no Brasil - 1820 a 1840. Base de Dados Slave Voyages, Emory University, 2010. Disponível em Comércio Transatlântico de Escravos - Base de Dados (slavevoyages.org) Acesso em 16 jun 2023.

o ano de 1831, quando a Amazônia recebeu 167 cativos, a Bahia 1.000 e o Sudeste também 1.000, tendo excepcionalmente chegado a Pernambuco um maior volume de 4.011 escravizados.²²

Gráfico 1 - Africanos desembarcados no Brasil (1820-1840)

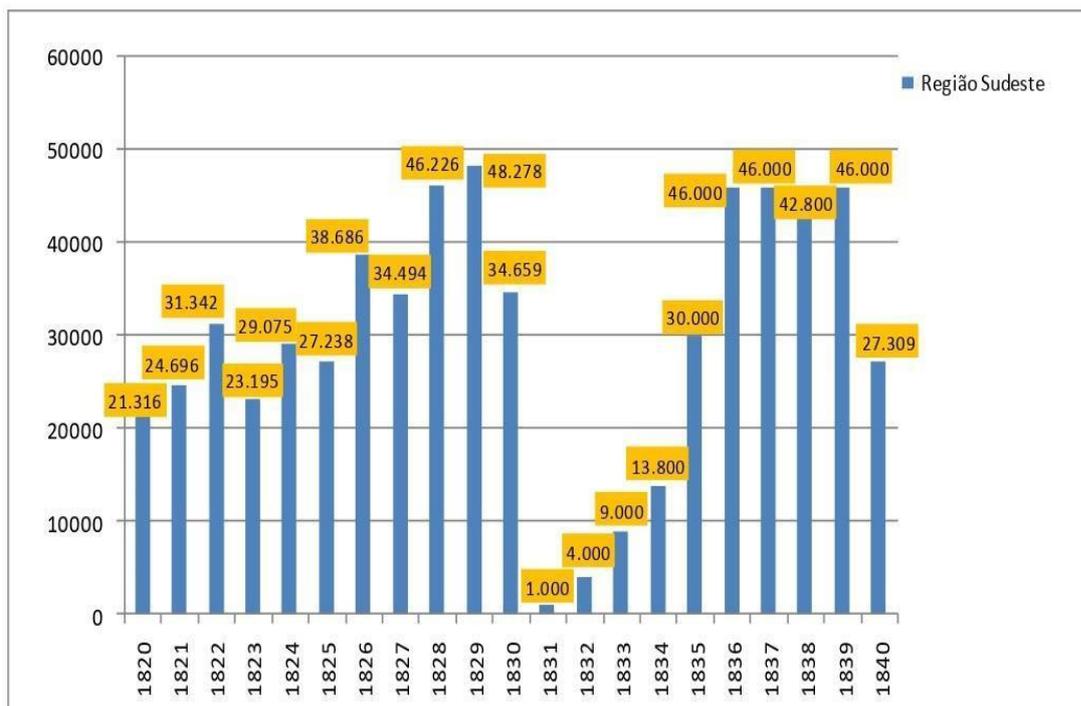


Fonte: ELTIS, David. Comércio transatlântico de escravos. Escravos desembarcados no Brasil - 1820 a 1840. Base de Dados Slave Voyages, Emory University, 2010. Disponível em [Comércio Transatlântico de Escravos - Base de Dados \(slavevoyages.org\)](http://www.slavevoyages.org) Acesso em 16 jun 2023.

22 ELTIS, David. Comércio transatlântico de escravos. Escravos desembarcados no Brasil - 1820 a 1840. Base de Dados Slave Voyages, Emory University, 2010. Disponível em [Comércio Transatlântico de Escravos - Base de Dados \(slavevoyages.org\)](http://www.slavevoyages.org) Acesso em 16 jun 2023.

Ao se especificar esses dados com foco apenas da Região Sudeste, temos o seguinte panorama, apresentado no gráfico 2.

Gráfico 2 - Africanos desembarcados na Região Sudeste (1820-1840)



Fonte: ELTIS, David. Comércio transatlântico de escravos. Escravos desembarcados no Brasil - 1820 a 1840. Base de Dados Slave Voyages, Emory University, 2010. Disponível em [Comercio Transatlântico de Escravos - Base de Dados \(slavevoyages.org\)](http://ComercioTransatlantico.deEscravos-Base.deDados.slavevoyages.org) Acesso em 16 jun 2023.

Com esses dados é possível propor três diferentes “fases” na dinâmica de importação de cativos para a Região Sudeste: de 1820 até o ano de 1830; uma outra fase no ano de 1831, ou seja, o ano de início da vigência da lei de fim do tráfico negreiro e uma terceira fase, nos anos posteriores, até 1840. Temos então que, dos 625.114 africanos chegados ao Sudeste, num período de 11 anos, entre 1820 e 1830 entraram 359.205 africanos (57,04%). Em 1831, somente 1.000 cativos (0,15%) desembarcaram e de 1832 a 1840, num período de 9 anos, chegaram 264.909 (42,37%) escravizados.

Nos números apresentados para cada um desses anos, a primeira “fase,” de 1820 a 1830, demonstra três momentos bem distintos: entre os anos de 1820 a 1825 há relativo equilíbrio nas chegadas de africanos, num total de 156.862 entradas e nenhum ano ultrapassou o número de 32 mil africanos desembarcados. Já no momento seguinte deste recorte, ocorreram maiores entradas nos anos de 1826 a 1830, com 202.343 africanos e no terceiro (1832 - 1840), as entradas vão aumentando vigorosamente, até um ápice de tráfico, ilegal, diga-se de passagem, nos anos de 1836 a 1839.

Manolo Florentino demonstrou em suas análises que os compradores de escravizados acreditaram que o tráfico acabaria brevemente e isso se refletiu no comportamento dos importadores de cativos e na opção de compra dos consumidores. A partir de 1826, teria havido um grande crescimento nas compras de africanos, mas desta vez, a diferença entre homens e mulheres já não era a mesma de épocas anteriores. Naquele contexto que apontava para o fim próximo do tráfico, muitas mulheres e crianças foram compradas a fim de manter uma espécie de reserva desta mão de obra e ao mesmo tempo, incrementar o nascimento de crianças no interior das propriedades.²³

Partindo dessas premissas, buscou-se analisar como todas essas discussões e a promulgação da Lei Feijó-Barbacena foram vivenciadas na região de Cachoeiras de Macacu. Entretanto, a quase ausência de fontes dificulta esta possibilidade e obriga os historiadores interessados em entender o processo de estruturação desta região, a buscarem novos caminhos que, ainda não sendo os ideais, ajudam a compreender um pouco mais a respeito da história deste território que, desde suas origens, teve ligações profundas com a cidade do Rio de Janeiro.

Não foram encontrados dados que tragam especificamente a quantidade e nomes de compradores de cativos estabelecidos no vale do rio Macacu. Face a esta situação, surgiu um problema a se enfrentar: seria possível afirmar que uma parte desse tráfico negreiro para o Sudeste, apresentado pelos dados da “*Slave Voyages*,” teria sido, através de chegadas ao porto do Rio de Janeiro, encaminhado para regiões do interior da província, incluindo aí, Macacu entre os anos de 1820 e 1840? Pensamos que sim.

Rodrigo Marins Marretto, analisando “a construção e as características do enorme plantel de escravizados do Barão de Nova Friburgo ao longo do século XIX,”²⁴ apresenta dados que permitem considerar viável nossa hipótese. A aquisição de africanos escravizados por parte do barão Antônio Clemente

²³VILLA, Valencia ; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo) v.35, e78, 2016.

²⁴ MARRETTO, Rodrigo. Tráfico de escravos e escravidão na trajetória do Barão de Nova Friburgo – século XIX.

Pinto se deu, ainda de acordo com Marretto, entre os anos de 1827 a 1830, através de vários carregamentos a ele encaminhados, os quais se encontram discriminados no quadro 4.

Quadro 4 - Carregamento de escravizados de Antônio Clemente Pinto (1827 - 1830)

Ano	Carregados		Mortos	
	Número	Porcentagem	Número	Porcentagem
1827	416	12%	2	0,48%
1828	504	15%	14	3%
1828	592	18%	46	8%
1828	254	8%	8	3%
1828	520	15%	85	16%
1829	281	8%	4	1%
1829	297	9%	10	3%
1830	517	15%	137	26%
Total	3381	100%	306	100%

Fonte: MARRETTO, Rodrigo. Tráfico de escravos e escravidão na trajetória do Barão de Nova Friburgo, p. 276

Os cativos adquiridos pelo barão de Nova Friburgo, após chegados ao Rio de Janeiro, tiveram que forçosamente atravessar o vale do rio Macacu e transpor

a Serra dos Órgãos, com destino às suas propriedades. As jornadas do Rio de Janeiro a Nova Friburgo e Cantagalo tiveram que transitar através do município de Santo Antônio de Sá. É plausível supor que os proprietários de terras e escravizados deste município, certamente bem menos aquinhoados de fortunas que o barão de Nova Friburgo, tivessem adquirido também africanos escravizados, embora sobre eles não se tenham encontrado registros dessas aquisições. Contudo, uma fonte serviu de apoio para se intuir a aquisição de africanos durante o recorte temporal de 1820 a 1840: os batismos de africanos adultos.

O fim do tráfico e os escravizados em Cachoeiras de Macacu

Os registros paroquiais são fontes inestimáveis para a pesquisa histórica e isso tem sido demonstrado de maneiras variadas nas pesquisas ocorridas em diferentes partes do território nacional e para diversas temporalidades. Muitas vezes, nas diversas localidades espalhadas pelo Brasil, os registros eclesiais são os únicos registros disponíveis para se atingir o passado de variadas populações.²⁵

Optou-se, neste texto, por identificar como essas anotações, de caráter religioso, podem ajudar no entendimento acerca da entrada de africanos na região escolhida. Evidentemente, que os assentos batismais fornecem apenas indicativos sobre questões demográficas, mas ao se analisar os registros no intervalo entre os anos de 1820 e 1840, fica evidente a relação entre o aumento na quantidade de adultos africanos batizados e as flutuações nos números do tráfico negreiro para a região sudeste. Da mesma forma que os gráficos 1 e 2 demonstraram a crescente escalada de compra de africanos durante e após as assinaturas que dataram o fim iminente do fim do tráfico, os registros de batismos de africanos adultos também acompanharam esse movimento. Quando se analisa a totalidade dos 2.583 registros de escravizados da freguesia da Santíssima Trindade é possível identificar um baixo índice de batismos de adultos (4,2%) e todos eles ocorreram antes de 1833. Mas, quando a análise se volta para o período compreendido entre 1820 e 1840, identifica-

²⁵ FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs.) Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, 392. P. 21 – 125.

se situações interessantes para se pensar como se comportava uma região de pequenos e médios proprietários e produtores de gêneros alimentícios no tocante à relação que mantinha com o comércio atlântico negro. Entre 1820 e 1840, 189 africanos foram batizados na freguesia de Santíssima Trindade, ou seja, 17.2% da totalidade dos 2.583 assentos. Em todos eles, sobressaem a indefinição, ou melhor dizendo, a falta de indicação da procedência. Os adultos que recebiam o sacramento do batismo foram identificados de maneira genérica: “Costa da Guiné”, “da nação” “da nação africana” e como “preto ou preta da Guiné, da nação africana ou apenas da nação”. Alguns receberam uma origem um pouco mais precisa e foram identificados como pertencendo a “nação Cabinda, Conga ou Moçambique”, ou ainda como “gentio Congo, Guiné e Cabinda”. Outro grupo formado por esses adultos africanos ficou sem qualquer menção ao seu porto de origem. O quadro 5 permite uma visualização melhor desses dados.

Quadro 5 - Procedência dos africanos, Cachoeiras de Macacu, 1820-1840

Área de Procedência	Quantidade
Costa da Guiné	30
Nação	52
Nação africana	18
Africano/a	5
Nação africana Mina	1
Nação cabinda	7
Nação Conga/o	2
Nação Conga de Cabinda	1
Nação Guiné ou de Guiné	20
Nação Moçambique	4
Moçambique	3
Gentio Congo	1

Gentio da Guiné	18
Gentio de Cabinda	1
Preta/o africana/o	7
Preta/o de nação	3
Preta/o de nação africana	4
Preta/o do gentio da Guiné	1
Mina	1
Sem procedência	10
Total	189

Fonte: Livros de batismos de escravos - Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu - 1819 a 1840. Arquivo da Paróquia de Santana de Japuiba – Cachoeiras de Macacu (RJ)

A mesma situação pôde ser observada ao se verificar o arquivo da Paróquia de Sant'Ana de Japuiba, freguesia da Santíssima Trindade, onde foram encontrados também livros de assentos de batismos para o período pós 1840, com exceção do livro de assentos do decênio 1841 a 1851. Analisando os registros feitos entre 1852 a 1873, pode-se perceber que, em um total de 1.470 registros, não houve nenhum batismo de escravo adulto. A absoluta inexistência de batismos de adultos pode ser explicada pelo próprio recorte temporal, já que a vigência, a partir de 1850, da Lei Eusébio de Queirós marcou o efetivo fim do tráfico negreiro legal para o Brasil, motivando o desaparecimento daqueles nos livros. Cativos “novos” - ditos boçais - só poderiam ser adquiridos mediante contrabando. Seria, obviamente, indesculpável descuido, além de agora flagrante ilegalidade, aparecerem nos livros de batismo da Paróquia. Percebe-se uma quase absoluta naturalidade (90,5%) e níveis muito baixos de batizados de escravizados nascidos legítimos (8,7%).

Na freguesia da Santíssima Trindade, 397 proprietários de escravizados levaram alguém à pia batismal entre os anos de 1820 e 1840. Este número deve ser considerado uma aproximação porque, em alguns registros os nomes dos senhores não estavam legíveis e, em outros, simplesmente, não havia. No grupo desses proprietários, 58 batizaram escravizados adultos. Analisando apenas esse fragmento senhorial, pode-se perceber que a maior parte batizou

entre um e quatro escravizados, perfazendo um total de 51 senhores, representando 88% do total. Cinco batizaram entre sete e dez escravizados (8.6%) e apenas dois senhores (3.4%) concentraram 67,2% de todos os adultos batizados. O alferes Marcos da Costa Falcão levou ao batismo 30 escravizados e o capitão Henrique José de Araújo realizou o sacramento em 42 indivíduos. Essas informações podem ser visualizadas no quadro 6.

Quadro 6 - Proprietários que batizaram escravizados adultos, Freguesia da Santíssima Trindade, 1819 a 1840

Quantidade de Proprietários	Quantidade de batismos
35	01
09	02
04	03
03	04
03	07
01	08
01	10
01	30
01	42

Fonte: Livros de batismos de escravizados - Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu - 1819 a 1840. Arquivo da Paróquia de Santana de Japuiba – Cachoeiras de Macacu (RJ)

Esses dados sugerem o que foi afirmado acima, ou seja, a região tinha como uma de suas características ser ocupada por pequenos e médios proprietários e a posse de escravizados estava diluída pela sociedade. Ao se observar os 35 proprietários que batizaram apenas um escravo africano, todos no intervalo entre os anos de 1820 e 1833, identifica-se que já começava a haver um certo equilíbrio (ainda que frágil), na compra de escravizados de ambos os sexos. Desta forma, foram batizados 22 homens e 13 mulheres.

Os 35 senhores que só batizaram um africano ou africana e mais outros 16 que batizaram entre dois e quatro escravizados, compunham 88% da totalidade senhorial registrada nos livros de assentos de batismos da freguesia de Santíssima Trindade. Entre esse grupo e o outro que formava a ponta da sociedade local, havia cinco proprietários que batizaram de sete a dez escravizados adultos africanos, totalizando 27 escravizados. Destes, 19 eram do sexo masculino e 11 eram mulheres.

Na outra ponta da escala social, encontravam-se os considerados grandes proprietários e nesse grupo, estão apenas dois senhores: Marcos da Costa Falcão e Henrique José de Araújo. O primeiro levou à igreja para o sacramento do batismo, 30 escravizados africanos adultos, destes, 19 eram homens e 11 eram mulheres. O segundo, batizou 42 africanos: 17 homens e 25 mulheres. Somando-se os batizados produzidos pelas três categorias sociais, chega-se ao número de 49 mulheres e 58 homens que entraram na região entre os anos de 1820 e 1840. Isso demonstra que os proprietários estavam, de uma certa maneira, buscando um maior equilíbrio entre os sexos de seus cativos. A presença feminina neste grupo também pode sugerir um sistema econômico que foi observado pelo viajante inglês Thomas Ewbank quando esteve na região em 1846. Visitando a fazenda Rio das Pedras, que produzia tijolos e telhas, viu “sob um telheiro... negras jovens e de meia-idade, apenas cobertas por um saio, algumas com crianças presas às costas, a meterem dentro dos moldes a argila que lhes cobre os braços e as pernas e lhes lambuza a cara”.²⁶ Em outra fazenda, denominada por ele de Macacu, afirma ter conhecido um galpão onde “trinta mulheres e crianças se ocupavam atabalhoadamente em ralar uma pilha de raízes de mandioca, enquanto outras as lavavam”.²⁷ Mulheres e crianças eram importantes para o tipo de atividade econômica exercida na região.

A análise da escravaria dos dois maiores senhores que batizaram seus escravizados permite conhecermos um pouco mais a economia e as sociabilidades na área. A título de exemplo, pode-se observar a escravaria do alferes Marcos da Costa Falcão. De acordo com informações do relatório do marquês do Lavradio, o engenho de Falcão havia sido instalado na região por volta de 1775 e possuía cerca de 39,2 km². No ano da elaboração do relatório, em 1778, foi informado que produzia 26 caixas de açúcar, 15 pipas de aguardente e possuía 48 escravizados.²⁸ Dezenove anos depois foram produzidas 1.541 arrobas de açúcar (23.115 kg), 30 pipas de aguardente e respectivamente 160

²⁶ EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973, p. 359.

²⁷ EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*, op.cit., p.360.

²⁸ *Relações Parciais Apresentadas ao Marquez de Lavradio*. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte 1 – 1913- Rio de Janeiro, 1980.

(4.836 kg), 100 (3.025 kg) e 30 (906,7 kg) alqueires de farinha, feijão e milho. Possuía também, 50 bois, 30 vacas, 20 novilhos, 06 ovelhas e 05 cavalos. A população escrava do engenho havia subido para 71 cativos, entre homens, mulheres e crianças. Residiam nessas terras, 10 agregados.²⁹

Comparando os dois momentos, é possível inferir um significativo crescimento da sua atividade produtora, mas por outro lado, em um espaço de 19 anos apenas 23 escravizados foram incorporados, demonstrando não apenas o envelhecimento da escravaria, mas também um aumento lento em sua quantidade.

Todavia, no ano de 1830, às vésperas do fim do tráfico negreiro de 1831, o alferes Marcos da Costa Falcão comprou 30 africanos e os levou à pia batismal no dia 20 de maio daquele ano. O padrinho de todos eles foi o pardo Florêncio que pertencia ao pai do Falcão, o tenente Vicente José Marinho, cavaleiro da Ordem de Cristo e, como seu filho, senhor de engenho. Todos foram batizados no oratório que o tenente mantinha em casa. O caso desperta a atenção porque, contrariando a lógica de outros senhores espalhados por várias regiões, que prevendo o fim do tráfico negreiro, compraram mais mulheres, Marcos da Costa Falcão comprou e batizou 19 homens e 11 mulheres, pensando, provavelmente, apenas na manutenção do trabalho, mas deixando de lado, maiores possibilidades de formação de famílias escravas geradoras de filhos, ou seja, de futuros trabalhadores. Todos os escravizados batizados foram identificados como sendo da Costa da Guiné.

É interessante comparar a compra e os batizados realizados por Falcão com o comportamento de seu pai no que se refere aos escravizados. O tenente Vicente José Marinho possuía uma importante propriedade na região, já havia sido vereador na câmara da vila de Santo Antônio de Sá e juiz na localidade por duas vezes. Sua escravaria provavelmente era antiga e todos os registros de batismos em que ele apareceu como proprietário foram de crianças, naturais ou legítimas, muitas com a indicação dos nomes do pai e da mãe e outras apenas com a indicação das mães. Aparentemente, ele não recorria ao tráfico atlântico para a manutenção ou renovação de sua escravaria, como seu filho fazia.

Diferentemente de Marcos da Costa Falcão, que batizou todos os escravizados em um único dia, o proprietário Henrique José de Araújo comprou e batizou em dois momentos e em contextos históricos distintos. A primeira leva, com 12 escravizados, foi batizada no dia 16 de abril de 1820, portanto,

²⁹ Descrição do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

antes da independência e das tratativas entre o governo brasileiro e os representantes da Inglaterra para colocarem um fim ao tráfico negreiro. Mesmo assim, ele comprou um número maior de mulheres do que de homens. O segundo grupo, formado por 30 pessoas, foi batizado de maneira escalonada e apenas uma africana foi batizada no ano de 1825 e os outros vinte e nove africanos/as foram no ano seguinte. O quadro 7 permite perceber esse movimento de maneira mais clara.

Quadro 7 - Batismos de africanos pertencentes à Henrique José de Araújo, 1820-1826

Data do batizado	Quantidade de escravizados	Homens	Mulheres
16/04/1820	12	03	09
15/05/1825	01	-	01
11/06/1826	17	11	06
25/06/1826	07	-	07
23/07/1826	02	02	-
05/11/1826	03	01	02
Totais	42	17	25

Fonte: Livros de batismos de escravos - Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu - 1819 a 1840. Arquivo da Paróquia de Santana de Japuíba – Cachoeiras de Macacu (RJ)

Os números acima permitem inferir algumas possibilidades. Mesmo antes da deflagração do processo que culminou na independência do Brasil, o capitão José Henrique já estava comprando mais mulheres do que homens. No segundo momento, quando o término do tráfico atlântico já era uma realidade a curto prazo, ele manteve a compra e, conseqüentemente, o batismo de um número maior de mulheres.

Henrique José de Araújo foi, à sua época, um dos grandes proprietários de cativos no vale do Macacu. Nasceu em Santa Maria do Landim, em Braga, em 1769 e faleceu com 71 anos na cidade do Rio de Janeiro, em 1840, tendo sido batizado na freguesia de Santa Maria do Landim, do Arcebispado de Braga.³⁰Ao que parece, desde cedo esteve ligado à elite comercial do Império

³⁰Habilitação Matrimonial de Henrique José de Araújo - 1804. Caixa 15/13 Notação 17.406. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil.

português. Seu processo de habilitação matrimonial, aberto no Rio de Janeiro em 1804, por motivo de casamento com Maria Bibiana Cordovil, é um dos indícios dessas importantes relações sociais de Araújo, as quais lhe serviram na construção de seu espaço no conjunto da sociedade de Antigo Regime no Brasil. Uma das testemunhas em seu processo foi José Francisco da Rocha, natural da cidade do Porto (Portugal) e caixeiro do sargento-mor Thomaz Gonçalves. Outra testemunha, que declarou que Araújo não possuía impedimentos para seu matrimônio foi “Joaquim José da Rocha, solteiro, natural do Bispado do Porto, morador na Rua Direita com Negócio, (...) de idade de trinta anos.” Rocha foi rico negociante, possuía barco próprio, já que em requerimento de 1824 escreveu ao rei d. João VI a respeito do “mestre do bergantim Maria Triunfante, João Fernandes Tomás Júnior que solicitava passaporte para a dita embarcação, de construção portuguesa, da qual são senhorios Joaquim José da Rocha e sobrinho”.³¹

João Fragoso apresenta Joaquim José da Rocha como detentor de uma das maiores fortunas do Rio de Janeiro, segundo seu inventário “post-mortem” de 1846. Seu monte-bruto, representado pela quantia de 55:519\$920 (cinquenta e cinco contos, quinhentos e dezenove mil e novecentos e vinte réis), encontrava-se assim distribuído: padrão de vida, 17,4%; joias, 1,4%; prédios, 25,8%; moeda, 54%. Atuara no setor de alugueis de prédios urbanos e possivelmente no de empréstimos, dado o maior volume do inventário representado pelo item moeda. Fragoso não identificou nenhuma riqueza deste negociante voltada para negócios mercantis, nem tampouco ter ele morrido com dívidas ativas.³²

Já Manolo Florentino apresentou Joaquim José da Rocha como traficante de escravos. Num caso comentado pelo historiador, Rocha aparece como reexportador de mercadorias visando a aquisição de africanos escravizados. Os sócios no bergantim Flor d’América, navio aprisionado, na segunda década do século XIX, pela marinha britânica em Loango, na África, eram o próprio Joaquim José da Rocha, Francisco José da Rocha, José Marcelino Gonçalves e Antônio Fernandes da Costa. A carga da embarcação, tecidos ingleses no

³¹ Requerimento do mestre do bergantim Maria Triunfante, João Fernandes Tomás Júnior, ao rei [d. João VI], solicitando passaporte para a dita embarcação, de construção portuguesa, da qual são senhorios Joaquim José da Rocha e sobrinho, para fazer viagem do Porto ao Rio de Janeiro, com escala pela Figueira. 16 de setembro de 1824. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-Rio de Janeiro, cx.322, doc. 108/ AHU_ACL_CU_017, Cx. 293, D. 20722.

³² FRAGOSO, João Luís. Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790 – 1830. RJ: Civilização Brasileira, 1998, p. 318.

valor de 3:000\$000 (três contos de réis), era destinada ao escambo por escravizados. É possível, portanto, inferir, que Henrique José de Araújo, através de suas relações com importantes comerciantes de grosso trato e traficantes de escravizados, poderia ter tido acesso mais fácil ao fornecimento de cativos que lhe aumentassem os plantéis antes da ação da lei de 1831 ou mesmo que talvez tivesse condições melhores de crédito para estas compras.³³

Os registros de batismos demonstram que os dois últimos grupos de africanos adultos receberam o sacramento em 25 de agosto de 1833 e 13 de outubro de 1833. Seus proprietários eram, respectivamente, as freiras de Nossa Senhora da Ajuda, que batizaram dois homens e uma mulher, e Manoel Ferreira Gomes, que propiciou o sacramento a um único africano. Depois desta data, todos os registros de batismos são referentes às crianças. De uma forma ou de outra, os proprietários de terras e de escravizados da região criaram condições alternativas para a manutenção de suas escravarias, fossem elas formadas por um ou por muitos escravizados após a lei de 1831.

Considerações finais

Os registros de batismos da freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Ana de Macacu são fontes importantes para se conhecer a dinâmica populacional da região. Contudo, precisam ser utilizados com um olhar que não se fixe apenas em suas características mais óbvias, ou seja, a questão do batismo e dos apadrinhamentos. Para além do caráter religioso, estes registros identificam questões sociais, permitindo o acesso a informações a respeito da população que ali viveu no início do século XIX, momento de grandes transformações na vida política e econômica do império brasileiro.

Neste texto, optou-se por buscar, nos batismos, informações acerca do impacto da lei de 1831 na escravaria da região, analisando o período compreendido entre os anos de 1820 e 1840. Durante este recorte pôde ser observado um aumento gradual na entrada e batismo de adultos africanos a partir, principalmente, das discussões sobre a possibilidade de se acabar com o tráfico negreiro. Assim, esses batismos estão compreendidos entre os anos de 1820 e 1833. Após esta data, todos os assentos se referem apenas às crianças nascidas na localidade.

³³ FLORENTINO, Manolo. Em costas negras: uma história do tráfico de escravos. São Paulo: Companhia das Letras, 1997, p. 167

Essa região possuía, no início do século XIX, a mesma estrutura fundiária do final da centúria anterior, ou seja, tinha a característica de ser, nos dois momentos, formada por pequenas e médias propriedades dedicadas à produção de gêneros alimentícios e com uma escravaria distribuída entre pequenos, médios e grandes proprietários. Todavia, a maioria dos senhores na região possuía, no máximo, cinco cativos. Muitos produtores mantinham suas lavouras sem contar com nenhum escravizado. Ao se analisar os batismos de africanos se percebeu a manutenção desta lógica, já que 88% (349) dos 397 senhores batizaram apenas de um a quatro cativos e apenas dois indivíduos concentraram o registro de 72 africanos e, praticamente todos eles a partir do ano de 1825. Além disso, a imensa maioria de senhores mantinha suas produções com base na mão de obra nascida na região. O acesso ao tráfico negreiro era esporádico e, parece, para poucos.

Atualmente, ao se analisar os dados econômicos da região, percebe-se que há uma grande permanência no que se refere à sua produção. Cachoeiras de Macacu apresenta uma pauta agrícola ainda centrada em gêneros de abastecimento cultivados em pequenas e médias propriedades. Segundo o Censo Agropecuário do IBGE para 2017, o município apresentou 2.162 estabelecimentos agropecuários. Destes, 2.079 ocupados por produtores individuais (96,1%), 80 por condomínio, consórcio ou união de pessoas (3,7%) e somente três por meio de sociedade anônima ou cotas de responsabilidade limitada (0,13%). Dentre esses produtores, 1.641 se encontravam já com a propriedade definitiva da terra.³⁴

Sobre a utilização das terras, 1.128 estabelecimentos estavam ocupados com lavouras permanentes e 1.230 temporárias. Acerca do plantio de gêneros agrícolas, dentre todos os colhidos no município, a mandioca ocupou a maioria das unidades de produção, sendo plantada em 820 estabelecimentos agropecuários, perfazendo uma área de 1.520 hectares, que produziram um total de 16.639 toneladas do tubérculo. Gêneros de importância também foram o milho, feijão, goiaba e banana, dentre outros.³⁵

34 IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos. Cachoeiras de Macacu – RJ. Disponível em IBGE | Cidades@ | Rio de Janeiro | Cachoeiras de Macacu | Pesquisa | Censo Agropecuário | Características dos estabelecimentos Acesso em 22 jun 2023.

35 IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos. Cachoeiras de Macacu – RJ. Disponível em IBGE | Cidades@ | Rio de Janeiro | Cachoeiras de Macacu | Pesquisa | Censo Agropecuário | Características dos estabelecimentos Acesso em 22 jun 2023.

FONTES

Coleção de Leis do Império do Brasil - 1831, Página 182 Vol. 1 pt I . 1831-1840 — Portal da Câmara dos Deputados (camara.leg.br)

Discripção do que contém o distrito da Vila de Santo Antônio de Sá de Macacu feita por ordem do vice-rei do estado do Brasil, conde de Resende [D. José Luís de Castro]. 07 de abril de 1797. Arquivo Histórico Ultramarino-Rio de Janeiro. Cx. 165, doc. 62 e AHU_ACL_CU_017, Cx.161, D. 12071. Contém anexo com mapas (planilhas).

ELTIS, David. Comércio transatlântico de escravos. Escravos desembarcados no Brasil - 1820 a 1840. Base de Dados *Slave Voyages*, Emory University, 2010. Disponível em Comércio Transatlântico de Escravos - Base de Dados (slavevoyages.org) Acesso em 16 jun 2023.

Habilitação Matrimonial de Henrique José de Araújo - 1804. Caixa 15/13 Notação 17.406. Arquivo da Cúria Metropolitana do Rio de Janeiro – Brasil.

IBGE, Censo Agropecuário 2017 - Resultados definitivos. Cachoeiras de Macacu – RJ. Disponível em [IBGE | Cidades@ | Rio de Janeiro | Cachoeiras de Macacu | Pesquisa | Censo Agropecuário | Características dos estabelecimentos](http://ibge.gov.br) Acesso em 22 jun 2023.

Livros de batismos de escravos - Freguesia da Santíssima Trindade de Sant'Anna de Macacu - 1819 a 1840. Arquivo da Paróquia de Santana de Japuíba – Cachoeiras de Macacu (RJ)

Mapa da população da Corte e Província do Rio de Janeiro em 1821. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro, Rio de Janeiro, Tomo XXXIII, Parte 1, p. 135-142, 1870.

Quadro Estatístico da População da Província do Rio de Janeiro, segundo as condições, sexos e cores – 1840. Relatório da Província do Rio de Janeiro - 1840.

Relações Parciaes Apresentadas ao Marquez de Lavradio. 8 de outubro de 1778. Revista do Instituto Histórico e Geográfico Brasileiro - IHGB, Tomo 76, Parte 1 – 1913- Rio de Janeiro, 1980.

Relatórios da Estrada de Ferro de Cantagalo, em várias edições dos Relatório da Província do Rio de Janeiro para os anos de 1869 a 1872. Disponível em <http://www.crl.edu/content/brazil/jain.htm> Acesso em 28 jan. 2009.

Requerimento do mestre do bergantim Maria Triunfante, João Fernandes Tomás Júnior, ao rei [d. João VI], solicitando passaporte para a dita embarcação, de construção portuguesa, da qual são senhorios Joaquim José da Rocha e sobrinho, para fazer viagem do Porto ao Rio de Janeiro, com escala pela Figueira. 16 de setembro de 1824. Arquivo Histórico Ultramarino. AHU-Rio de Janeiro, cx.322, doc. 108/ AHU_ACL_CU_017, Cx. 293, D. 20722.

Referências bibliográficas

CARDOSO, Vinicius Maia. “*Pouco conhecido, montuoso e emboscado*”: poder e economia no Sertão do Macacu 1786 a 1790. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, RJ, 2022.

CARDOSO, Vinicius Maia. Às margens dos sertões: a economia de abastecimento e pequeno escravista do Vale do Macacu – séc. XVIII. *Caminhos da História*, v. 24, n.2, p.22–42, 2020.

CARVALHO, José Murilo de. *A construção da ordem: Teatro de sombras*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003

COSTA, Emília Viotti da. *Da monarquia à república: momentos decisivos*. São Paulo: Unesp, 1999.

COSTA, Gilciano Menezes. *A escravidão em Itaboraí: uma vivência às margens do rio Macacú (1833-1875)*. 2013. 197 f. Dissertação (Mestrado em História) – Departamento de História, Universidade Federal Fluminense Niterói, 2013.

CRISTO, Mirian Cristina Siqueira de. *A elite imperial entre mulas, bruacas, caixas e faluas: Porto das Caixas (1831-1874)*. Dissertação (Mestrado em História) – Programa de Pós-graduação em História da Universidade Salgado de Oliveira, Niterói, 2017.

EL YOUSEFF, A. *Imprensa e escravidão: política e tráfico negreiro no Império do Brasil, Rio de Janeiro, 1822-1850*. Dissertação USP, 2010.

EWBANK, Thomas. *A vida no Brasil*. Rio de Janeiro: Conquista, 1973.

FLORENTINO, Manolo. *Em costas negras: uma história do tráfico de escravos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1997.

FORTE, José Matoso Maia. *Vilas Fluminenses Desaparecidas - Santo Antônio de Sá*. Itaboraí: Prefeitura Municipal de Itaboraí, 1984

FRAGOSO, João Luís. *Homens de grossa aventura: acumulação e hierarquia na praça mercantil do Rio de Janeiro – 1790 – 1830*. RJ: Civilização Brasileira, 1998.

FRAGOSO, João. Apontamentos para uma metodologia em História Social a partir de assentos paroquiais (Rio de Janeiro, séculos XVII e XVIII). In: FRAGOSO, João; GUEDES, Roberto; SAMPAIO, Antonio Carlos Jucá de. (Orgs.) *Arquivos Paroquiais e História Social na América Lusa, séculos XVII e XVIII: métodos e técnicas de pesquisa na reinvenção de um corpus documental*. Rio de Janeiro: Mauad X, 2014, 392. P. 21 – 125.

FREITAS, Dermeval Marins de. *Famílias escravas na freguesia de Santo Antônio de Sá (1756-1809)*. Dissertação (Mestrado em História). Departamento de História da Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018.

GRINBERG, Keila. *Liberata: a lei da ambiguidade: as ações de liberdade da Corte de Apelação do Rio de Janeiro*. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1994.

MAMIGONIAN, Beatriz Gallotti. A proibição do tráfico atlântico e a manutenção da escravidão. In: GRINBERG, Keila; SALLES, Ricardo (orgs). *O Brasil Imperial*, volume I: 1808-1831. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2009.

MARRETTO, Rodrigo Marins. Utilizando as lentes do batismo e da alforria: a escravidão como elemento estruturante na formação da vila de São João Batista de Nova Friburgo, RJ, 1820-1850. *Revista Ars Historica*, nº15, Jul/Dez 2017, p. 294-314.

MARRETTO, Rodrigo. Tráfico de escravos e escravidão na trajetória do Barão de Nova Friburgo – século XIX. *Revista Maracanan*, Rio de Janeiro, n. 25, p. 272-306, set.-dez. 2020.

PARRON, Tâmis. *A política da escravidão no Império do Brasil*. São Paulo: Civilização Brasileira, 2011.

PRADO JÚNIOR, Caio. *História econômica do Brasil*. São Paulo: Brasiliense, 1949.

RODRIGUES, Jaime. *O infame comércio: propostas e experiências no final do tráfico de africanos para o Brasil (1800-1850)*. Campinas: Unicamp/CE-CULT, 2000.

SCHETTINI, Vitória; CARDOSO, Vinicius Maia. Tropas e tropeiros no Sertão do Macacu na segunda metade do século XVIII: mercadorias, rotas e caminhos. In: AMANTINO, Marcia; FRANCO, Maria da Conceição Vilela; SCHETTINI, Vitória (Orgs). *Povoamento, sociedade e escravidão na antiga Macaé e em Cantagalo, séculos XVIII e XIX*. São Leopoldo, RS: Oikos, 2023.

VILLA, Valencia; FLORENTINO, Manolo. Abolicionismo inglês e tráfico de crianças escravizadas para o Brasil, 1810-1850. *História* (São Paulo) v.35, e78, 2016.

Recebido em 22 de junho de 2023
Aprovado em 11 de dezembro de 2023